

Turismo e Populismo no Primeiro Governo de Juan Domingo Perón: Entre o Bem-Estar e a Construção da Identidade Nacional

Giovana Mylena Silva Soares¹
Caroline Martins de Melo Bottino²

Resumo: O presente artigo analisa o turismo social como política pública no primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946–1952), articulando-o ao conceito de populismo na historiografia latino-americana. A partir da hipótese de que o turismo operou como estratégia de bem-estar e nacionalização cultural, investiga-se como o Estado peronista utilizou o lazer para consolidar vínculos com a classe trabalhadora e promover a pedagogia da identidade nacional. O estudo apoia-se em fontes documentais da época, discursos oficiais e bibliografia especializada, demonstrando que o turismo foi instrumento relevante de legitimação política e de construção simbólica no interior do regime populista argentino.

Palavras-chave: Turismo Social; Populismo; Peronismo.

Abstract: This article examines social tourism as a public policy during the first government of Juan Domingo Perón (1946–1952), connecting it to the concept of populism in Latin American historiography. Based on the hypothesis that tourism functioned as a strategy for welfare expansion and cultural nationalization, the study investigates how the Peronist state used leisure to strengthen its relationship with the working class and promote a pedagogy of national identity. The analysis relies on official speeches, historical documents, and specialized literature, demonstrating that tourism was a significant instrument of political legitimation and symbolic construction within the Argentine populist regime.

Keywords: Social Tourism; Populism; Peronism.

Considerações Iniciais

O primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946–1952) ficou marcado pela implementação de uma série de políticas sociais voltadas à consolidação de um Estado de bem-estar que pretendia reposicionar as massas trabalhadoras no centro da vida política e econômica

¹ Bacharelado e Licenciatura em História - UERJ - Maracanã Mestranda em História Social pelo PPGH/UFF. Bolsista CAPES.

² Prof^a Adjunta II do Departamento de Turismo – UERJ. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1864522305463900>. Contato: caroline_bmelo@yahoo.com.br.

da Argentina (Autor, ano). Dentre as diversas frentes de atuação estatal - que incluíram reformas trabalhistas, nacionalizações estratégicas e fortalecimento do sindicalismo - o turismo emergiu como uma dimensão privilegiada do projeto peronista. Tratava-se, nesse caso, de transformar o lazer, historicamente restrito às elites, em um direito acessível às classes populares, por meio de iniciativas que iam desde a concessão de férias remuneradas até a construção de colônias de descanso e a organização de excursões subsidiadas. Ao tratar o turismo como política pública, o governo Perón revelou sua intenção de intervir nas condições materiais de vida da população e nos modos de ocupação do tempo livre e nos sentidos atribuídos à nação e à cidadania.

Nesse contexto, a proposta de análise do turismo social sob a ótica do populismo se justifica não apenas por seu ineditismo, mas também por seu potencial heurístico. Muito embora o conceito de populismo seja objeto de controvérsias na historiografia e frequentemente empregado de modo genérico ou pejorativo no discurso político contemporâneo, é possível identificar, nos regimes latino-americanos de meados do século XX, como o de Perón, uma gramática populista que articula elementos como nacionalismo, carisma, redistribuição e mediação direta entre o líder e as massas. A partir dessa premissa, investigar o turismo não como atividade econômica isolada, mas como parte de uma estratégia estatal de controle simbólico e integração social, permite iluminar aspectos pouco explorados da atuação populista, especialmente no que tange à pedagogia política incorporada às experiências de lazer promovidas pelo Estado.

Com efeito, a política de turismo social peronista, ao mesmo tempo em que ampliava os direitos das classes trabalhadoras, promovia também uma pedagogia do pertencimento e da identidade nacional. Por meio de slogans, materiais de propaganda e incentivos institucionais, o governo incentivava os trabalhadores a “descobrir a pátria”, conhecer o território nacional e estabelecer vínculos afetivos com espaços anteriormente inacessíveis. Essa mobilização do turismo enquanto instrumento de formação cívica e cultural revela uma dimensão simbólica do populismo que vai além das tradicionais análises voltadas à economia ou à organização sindical. Desse modo, compreender como o turismo foi mobilizado como vetor de nacionalização cultural e de fortalecimento do vínculo entre povo e Estado torna-se essencial para ampliar os horizontes analíticos sobre o populismo peronista.

Sob essa ótica, a centralidade atribuída ao bem-estar no projeto justicialista não se limitava à garantia de condições materiais mínimas, mas envolvia uma reformulação mais ampla do cotidiano e da subjetividade das massas. O lazer organizado, institucionalizado e promovido pelo Estado inseria-se nesse horizonte de ação, oferecendo ao trabalhador descanso e

uma experiência coletiva de cidadania. O turismo, nesse contexto, foi apropriado como ferramenta de construção simbólica e política: ao circular pelos diferentes territórios da Argentina, os trabalhadores eram interpelados enquanto sujeitos nacionais, convidados a integrar a narrativa do progresso e da união nacional promovida por Perón. Assim, tal estratégia permitia ao Estado peronista consolidar sua imagem como defensor dos interesses populares, ao mesmo tempo em que reforçava sua autoridade sobre os ritmos, deslocamentos e desejos da população.

Diante dessas considerações, este artigo busca responder à seguinte questão: *em que medida o turismo social integra o projeto populista de Juan Domingo Perón?* Parte-se da hipótese de que o turismo foi utilizado como um dispositivo estratégico de ampliação de direitos e de construção de uma identidade coletiva assentada nos valores do justicialismo. Outrossim, considera-se que essa política de bem-estar, ao incorporar o lazer como direito social, permitiu ao Estado peronista consolidar sua relação com as massas a partir de experiências concretas de inclusão simbólica, mobilidade territorial e identificação nacional. Longe de representar uma concessão desinteressada, o turismo social operou como um mecanismo eficaz de legitimação do regime, articulando bem-estar material, pedagogia política e controle simbólico.

Para desenvolver tal análise, adota-se uma abordagem qualitativa, com base na leitura crítica de fontes primárias e secundárias. No que diz respeito às fontes documentais, serão mobilizados decretos presidenciais, editoriais de periódicos da época, discursos oficiais de Perón e registros da atuação da Fundação Eva Perón, além de estudos produzidos por instituições como o Bureau International du Tourisme Social. Em relação ao suporte historiográfico, este trabalho se fundamenta nas contribuições de autores como Capelato (2001), Pastoriza (2008; 2018), Schenkel (2012), Batistella (2020) e Laclau (2005), cujas reflexões fornecem as bases teóricas para a compreensão das relações entre populismo, bem-estar e pedagogia nacional.

Em última instância, ao eleger o turismo como eixo de análise, este artigo propõe trazer à baila um aspecto ainda marginalizado da atuação estatal nos regimes populistas latino-americanos. Ao deslocar o foco para além das reformas econômicas e das relações de trabalho, pretende-se evidenciar como o Estado peronista operou sobre as esferas do sensível e do simbólico, articulando práticas culturais e políticas de pertencimento em larga escala. Por meio dessa perspectiva, o populismo deixa de ser somente um rótulo político e passa a ser compreendido como uma tecnologia de poder, capaz de moldar afetos, estruturar práticas sociais

e redefinir a experiência do cotidiano, sendo o turismo uma de suas expressões mais emblemáticas.

Populismo na Historiografia

Poucos conceitos nas ciências sociais e na historiografia latino-americana suscitaram tantas controvérsias quanto o de “populismo”. Forjado no calor das disputas políticas do século XX, passou a ser utilizado de forma recorrente para qualificar governos que, à margem das formas institucionais liberais clássicas, mobilizaram massas e impulsionaram reformas sociais significativas. No entanto, como observam Cruz e Chaloub (2021), trata-se de uma categoria que foi mais usada como rótulo político do que como conceito analítico rigoroso. Seu uso, amplamente disseminado por setores opostos ao trabalhismo e ao peronismo, teve como efeito a deslegitimação das bases populares que os sustentavam, insinuando uma irracionalidade coletiva manipulada por líderes carismáticos e autoritários. Essa ambiguidade de origem reverbera até hoje, marcando profundamente os debates historiográficos.

Ao longo da década de 1960, consolidou-se nos meios acadêmicos uma interpretação dominante que associava o populismo a uma etapa transitória e imperfeita entre o modelo oligárquico e a democracia representativa. Nesse sentido, autores como Gino Germani e Torcuato Di Tella inseriram o conceito no horizonte da modernização, definindo-o como um fenômeno de mobilização das massas urbanas recém-integradas ao mundo do trabalho industrial. Todavia, essas leituras, por vezes excessivamente estruturalistas, reduziram os sujeitos históricos à condição de massas manipuláveis, desprovidas de consciência de classe. É nesse contexto que Francisco Weffort (1978) interpreta o populismo como uma forma bonapartista de autonomização do Estado, baseado em uma institucionalidade frágil e em alianças interclassistas mediadas por um líder carismático.

Com o avançar das décadas, contudo, surgiram reações críticas a essas leituras reducionistas e funcionalistas. Capelato (2001), por exemplo, argumenta que o populismo não deve ser compreendido como um mero instrumento de manipulação ideológica, mas como uma forma concreta de mediação entre o Estado e as classes trabalhadoras, em contextos marcados pela crise do liberalismo oligárquico e pela busca de integração nacional. Segundo ela, figuras como Perón, Vargas e Cárdenas foram centrais na construção de um novo pacto político que combinava nacionalismo econômico, redistribuição social e liderança plebeia carismática.

Nessa mesma direção, Batistella (2020) propõe compreender os populismos clássicos como expressões históricas de conjunturas específicas de transição para o capitalismo industrial,

em que o Estado desempenha um papel ativo na promoção da cidadania social. Ele afirma que, ao contrário do que preconizam os discursos conservadores, os trabalhadores não foram simples objetos das políticas estatais, mas sujeitos ativos, capazes de organizar, reivindicar e pressionar por direitos. Essa visão converge com um movimento historiográfico mais recente, que busca reabilitar criticamente o populismo, reconhecendo sua capacidade de produzir sujeitos políticos e de instituir formas alternativas de soberania popular.

No mesmo tom, Cruz e Chaloub (2021) destacam que o populismo tem sido frequentemente invocado como uma categoria pejorativa e despolitizadora. Eles sugerem que se abandone a concepção que o associa à irracionalidade ou ao autoritarismo, para compreendê-lo como forma de construção hegemônica em sociedades marcadas pela exclusão. Para eles, o populismo não é um desvio da política democrática, mas uma de suas expressões, que mobiliza significantes vazios e articula demandas sociais fragmentadas. Essa leitura aproxima-se da teoria do discurso de Laclau (2013), que interpreta o populismo não como ideologia, mas como lógica articulatória capaz de constituir o “povo” como sujeito histórico.

Sob essa perspectiva, a figura do líder assume função simbólica essencial, condensando demandas heterogêneas e unificando-as sob uma identidade política comum. No caso argentino, o peronismo foi a expressão concreta dessa articulação. Longe de ser uma mera forma de cooptação, o peronismo criou espaços efetivos de participação popular, ainda que atravessados por contradições. Murmis e Portantiero (1973), por exemplo, demonstram que a classe trabalhadora argentina, longe de ser passiva, protagonizou a mobilização social que levou Perón ao poder, sendo ativa na negociação das pautas trabalhistas e na construção do Estado de bem-estar.

Com efeito, o peronismo se constitui como um dos casos paradigmáticos do populismo latino-americano, ao combinar reforma social com soberania popular. Essa dinâmica, no entanto, não esteve isenta de tensões. O mesmo Estado que promoveu o acesso à saúde, educação e turismo para os trabalhadores, também perseguiu a imprensa livre e sufocou oposições internas. Ainda assim, como enfatiza Ângela de Castro Gomes (2001, 2005), essas ambiguidades não anulam a centralidade do populismo como forma histórica de ampliação de direitos e inclusão cidadã. A autora, aliás, defende que o trabalhismo brasileiro também deve ser lido como projeto político com lógica própria, e não como mera manipulação do Estado sobre os trabalhadores.

A esse esforço de revisão crítica somam-se as contribuições de Mitre (2018), que analisa as “peregrinações” do conceito de populismo e sua instrumentalização nos debates

contemporâneos. Ela alerta para a necessidade de historicizar a categoria e compreender seus usos como posicionamentos políticos situados. Complementarmente, Maia (2001) mapeia a trajetória do conceito no Brasil, mostrando como ele oscilou entre o funcionalismo e a desqualificação ideológica, até ser parcialmente resgatado por abordagens gramscianas que reconhecem sua dimensão hegemônica.

De forma convergente, Octavio Ianni (1991) propõe entender o populismo como forma de constituição do Estado nacional periférico, em resposta à crise do modelo agroexportador e à emergência do capitalismo urbano. O populismo, para ele, não é uma anomalia, mas parte constitutiva da modernização conservadora dos países latino-americanos. Por sua vez, Bresser-Pereira (1991) contribui ao diferenciar populismo político de populismo econômico, mostrando que este último, caracterizado por políticas insustentáveis de consumo, não deve ser confundido com os projetos de inclusão social que caracterizam o populismo clássico.

Nesse sentido, E. P. Thompson (1987) oferece uma chave interpretativa fundamental ao afirmar que a classe não é dada, mas feita por meio da experiência histórica. Sua crítica à reificação das classes subalternas permite revalorizar a agência dos trabalhadores nos regimes populistas. No caso argentino, a construção da identidade dos “descamisados” e sua inserção nas políticas públicas ilustram como o populismo operou como redistribuição de renda, mas como produção simbólica de pertencimento e reconhecimento. Assim, mais do que uma patologia da modernidade, o populismo pode ser compreendido como uma experiência histórica rica em ambiguidades, mas também em possibilidades emancipatórias.

Isto posto, em lugar de tratar o populismo como uma anomalia da modernidade, os autores aqui mobilizados demonstram que se trata de uma experiência histórica ambígua e plural, que exige interpretação situada, atenta aos contextos, contradições e potencialidades dos projetos populares na América Latina do século XX. O conceito de populismo, ao atravessar diferentes tradições intelectuais, revela mais do que um embate semântico: expressa disputas profundas em torno da legitimidade das experiências políticas que ousaram incluir as massas no centro da vida nacional. Trata-se de uma categoria em permanente reconfiguração, cujos sentidos variam conforme a correlação de forças e os projetos em jogo.

Ao retomar esse conceito à luz de abordagens que recusam o determinismo e reconhecem a agência das classes trabalhadoras, é possível não apenas reposicionar o populismo como objeto de análise legítimo, mas também como chave para compreender as formas de mediação que marcaram a construção de cidadanias plebeias no Sul Global. Mais do que uma fase transitória ou um instrumento de manipulação, o populismo revela-se como uma forma

histórica de enraizamento popular da política, que mescla conquistas concretas com traços de autoritarismo e disciplinamento. Sua complexidade, longe de invalidá-lo como objeto analítico, exige ferramentas críticas que dialoguem com a pluralidade de experiências latino-americanas.

Diante disso, o estudo do populismo torna-se um campo privilegiado para compreender as tensões entre representação e participação, entre hegemonia e conflito, entre inclusão social e regulação política das massas. Trata-se, em última instância, de refletir sobre os limites e as possibilidades das democracias periféricas e sobre os sentidos do popular na construção do Estado. Nesse percurso, o populismo, longe de ser descartado como ruído ou distorção, emerge como sintoma e produto das condições históricas que moldaram a experiência política da região. Cabe à historiografia, deste modo, o desafio de enfrentá-lo com o rigor analítico e o compromisso crítico que a complexidade do fenômeno exige.

O Peronismo e a Construção do Estado de Bem-Estar na Argentina

O contexto argentino posterior à crise de 1929 foi marcado pela desestabilização do modelo agroexportador, que havia garantido a hegemonia da oligarquia rural no Estado liberal. A crise levou à queda de Hipólito Yrigoyen em 1930 e instaurou um regime conservador, sustentado por fraudes eleitorais e pelo controle das Forças Armadas. Durante a chamada “década infame”, consolidou-se uma política voltada à manutenção do poder dos grandes proprietários e à repressão dos movimentos operários, ainda que já se vislumbrassem elementos de industrialização voltada ao mercado interno. A partir de 1940, os impactos da Segunda Guerra Mundial agravaram as contradições internas e favoreceram a substituição de importações, contribuindo para o fortalecimento de setores industriais urbanos que pressionavam por maior representação política e direitos sociais (Rodríguez, s/d; Cavlak, 2019; Fiorucci, 2008).

É nesse cenário de crise e transformação que se insere a ascensão de Juan Domingo Perón, especialmente após o golpe militar de 1943, do qual participou ativamente como membro do Grupo de Oficiais Unidos (GOU). Inicialmente à frente do modesto Departamento Nacional do Trabalho, Perón o transformou na Secretaria de Trabalho e Previdência Social, utilizando-a como plataforma para articular uma aliança estratégica com os sindicatos e, assim, conquistar legitimidade popular. Através de uma política de cooptação e reconhecimento institucional das demandas trabalhistas, Perón consolidou uma base social urbana e operária que viria a se tornar o núcleo do peronismo. Como destaca Waldmann (1986), essa aproximação foi decisiva para

consolidar a hegemonia do movimento, reorganizando a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e institucionalizando conquistas históricas da classe trabalhadora. Rodríguez (s/d) reforça que a mobilização popular de 17 de outubro de 1945 deve ser vista como momento fundacional do peronismo, ao revelar a nova centralidade dos trabalhadores na arena política argentina.

Durante o primeiro governo peronista (1946–1952), o Estado argentino promoveu uma série de reformas econômicas e sociais que o aproximaram de um modelo de bem-estar social. A nacionalização de setores estratégicos, como ferrovias e telecomunicações, a criação do Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio (IAPI) e a implementação do Primeiro Plano Quinquenal indicam uma agenda de forte intervenção estatal (Rodríguez, s/d). O programa econômico buscava articular a renda agrária à industrialização, garantindo o financiamento das políticas sociais e a redistribuição de renda. Nesse sentido, autores como Ianni (1975) e Horowicz (1986) interpretam o peronismo como uma forma de bonapartismo social, em que o Estado atua como mediador entre capital e trabalho, garantindo certa autonomia relativa às classes populares dentro da lógica do capitalismo dependente.

Eva Perón e a sua fundação³ desempenharam papel central na construção simbólica e prática do Estado de Bem-Estar peronista. Evita foi responsável por ampliar o alcance das políticas assistenciais, promovendo ações voltadas às mulheres, crianças e trabalhadores pobres. Através da FEP, distribuía-se recursos, remédios, bolsas de estudo e abrigo para os desassistidos, consolidando a imagem de um governo protetor e sensível às desigualdades. Como ressalta Grimson (2019), o peronismo não se limitou a um projeto político, mas constituiu um campo de disputas simbólicas, onde o culto à liderança e a personalização do poder criaram uma linguagem política, cuja eficácia dependia da constante performatividade do mito do líder e da lógica de redistribuição material associada à justiça social.

No campo ideológico, o justicialismo foi a doutrina formulada para dar coesão ao projeto peronista. Inspirado por elementos do corporativismo fascista, do nacionalismo

³ A Fundação Eva Perón foi criada em 1948 por Eva Perón, primeira-dama da Argentina, com o objetivo de fornecer assistência social aos setores mais vulneráveis da população. Inicialmente chamada de Fundação de Ajuda Social María Eva Duarte de Perón, a instituição foi formalizada pelo decreto nº 20.564 em 19 de junho de 1948 e passou a ser conhecida como Fundação Eva Perón a partir de 1950. Durante sua existência, a fundação construiu hospitais, escolas, lares para idosos e crianças, além de distribuir alimentos, roupas e brinquedos para famílias carentes. Eva Perón esteve diretamente envolvida nas atividades da fundação até sua morte em 1952. Após o golpe militar de 1955, a fundação foi dissolvida e seus bens confiscados pelo novo regime. Para mais informações: ver: CNN Brasil. *Entenda quem foi Eva Perón e o que fez na Argentina*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-quem-foi-eva-peron-e-o-que-fez-na-argentina/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

desenvolvimentista e do catolicismo social, o justicialismo buscava sintetizar capital e trabalho sob a mediação do Estado, numa “terceira posição” entre o comunismo e o liberalismo. O mito do líder era central: Perón figurava como o mediador dos conflitos sociais, detentor da vontade popular. Cavlak (2019) argumenta que, ao contrário das leituras que reduzem o peronismo à manipulação das massas, trata-se de um processo de mobilização real e conquista de direitos, com profundas consequências para a classe trabalhadora. Essa leitura contrasta com as análises da década de 1960, como a de Germani (1968), que via no peronismo uma expressão do autoritarismo e da transição para uma sociedade de massas despolitizada.

O debate historiográfico recente tem problematizado o caráter ambíguo do peronismo. Por um lado, o movimento representou um avanço inédito na incorporação política e social das classes populares; por outro, consolidou práticas autoritárias, clientelistas e personalistas. Grimson (2019), ao propor uma leitura relacional entre peronismo e antiperonismo, sustenta que o movimento peronista só pode ser compreendido na tensão entre sua base popular e a oposição das elites tradicionais. Já Fiorucci (2008) analisa a política cultural do período, mostrando como o regime buscou institucionalizar práticas culturais para legitimar seu projeto, ao mesmo tempo em que reprimiu dissidências internas e controlou a produção simbólica nacional. Assim, o peronismo é, simultaneamente, um fenômeno de inclusão social e de disciplinamento político, uma “política de massas” que ampliou direitos ao mesmo tempo em que reconfigurou os termos da cidadania na Argentina (Silva, 2012).

O Turismo Social como Ferramenta de Democratização e Integração Nacional

Seguindo a premissa proposta por De La Torre (1997), o turismo deve ser compreendido como um fenômeno eminentemente social, uma vez que decorre de deslocamentos humanos e interações no meio receptivo, estando interligado a outros fenômenos sociais desde suas origens. Os deslocamentos, por parte dos indivíduos, por motivos diversos, como: descanso, lazer, saúde e entretenimento, começaram a ganhar fôlego primeiro na Europa entre o final do século XIX e o início do século XX, ainda como uma prática elitista, associada ao tempo livre das famílias abastadas. Constituindo-se enquanto modelo, o turismo no continente europeu, se fundamentou no deslocamento sazonal para balneários e regiões montanhosas, exercendo influência imediata na América Latina. Na Argentina, esse fenômeno se estabeleceu entre as elites urbanas — notadamente as de Buenos Aires — que passaram a reproduzir circuitos simbólicos e arquitetônicos similares aos da aristocracia europeia. Conforme aponta Rejowski (2002), o turismo nesse período apresentava considerável

seletividade, funcionando como mecanismo de distinção social e reafirmação das fronteiras simbólicas entre as classes.

A criação dos Parques Nacionais em 1934, com os de Nahuel Huapi e Iguazú, marcou uma iniciativa inicial do Estado argentino de tornar a natureza um patrimônio coletivo e, potencialmente, acessível à população em geral. Pastoriza e Piglia (2012) destacam que, embora essa ação estivesse fundamentada em ideais de conservação ambiental e valorização do patrimônio nacional, ela também já expressava uma nova concepção do território como espaço de formação cívica. A exaltação dos parques enquanto representações da paisagem argentina simbolizava, com isso, uma tentativa do Estado de consolidar a identidade nacional por meio da territorialidade e do contato com o meio natural.

Contudo, como salienta Pastoriza (2008), o usufruto desses espaços permaneceu, por longos anos, restrito às elites urbanas. A infraestrutura erguida nos parques atendia aos padrões de consumo da classe média alta e dos visitantes estrangeiros, reproduzindo a lógica excludente do modelo europeu. Essa configuração só foi transformada com a ascensão do peronismo, que promoveu uma ruptura nesse paradigma. O projeto político peronista reformulou a concepção do lazer, reconhecendo o turismo como um direito social ligado à cidadania e à justiça distributiva. O território argentino, anteriormente apropriado de forma simbólica pelas elites, passou a ser explorado pelas classes populares como parte de sua vivência e pertencimento à nação.

O Decreto nº 1.740, promulgado em 1945, constituiu o marco legal que redefine o turismo na Argentina, ao regulamentar as férias remuneradas e estabelecer os fundamentos jurídicos que garantiam o acesso dos trabalhadores ao lazer.⁴ De acordo com Schenkel (2012), tal medida, aliada à ratificação da Convenção nº 52 da OIT, consolidou a percepção de que o descanso anual remunerado constituía um direito legítimo e não um privilégio de poucos. Essa legislação normatizou o tempo livre, bem como integrou o turismo ao conjunto das políticas públicas voltadas à integração nacional e ao fortalecimento do vínculo entre o operariado e o Estado peronista.

Nesse contexto, a Fundação Eva Perón desempenhou um papel central na efetivação das políticas de turismo social. Conforme analisa Pastoriza (2008), a fundação organizou colônias de férias, forneceu subsídios para deslocamentos e estruturou programas de excursões voltados

⁴ ARGENTINA. Decreto-Lei nº 1740, de 31 de julho de 1945. Declárase de interés nacional la industria turística. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 3 ago. 1945. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto_ley-1740-1945-295106. Acesso em: 23 abr. 2025.

a trabalhadores, órfãos, mulheres e idosos. Tais ações, articuladas aos sindicatos peronistas, configuraram um modelo inédito de turismo sindicalizado, no qual o lazer era mediado por princípios pedagógicos, normas disciplinares e valores ideológicos. Fernandes (2012) observa que os sindicatos passaram a administrar hotéis e complexos turísticos, afirmando-se como agentes de representação política e promotores do bem-estar dos filiados.

A apropriação popular de destinos anteriormente exclusivos da elite, como Mar del Plata, Córdoba e Bariloche, simbolizou, nas palavras de Pastoriza e Pedetta (2009), a “conquista das férias”. Essas localidades passaram a ser frequentadas em larga escala por excursões operárias organizadas pelos sindicatos e pela FEP, convertendo-se em cenários da nova cidadania peronista. As praias e montanhas, antes marcadas pela distinção de classe, transformaram-se em territórios de igualdade simbólica, nos quais o “povo” encontrava-se com a nação em sua dimensão concreta. A construção desse imaginário inclusivo, articulado ao usufruto do lazer, exerceu papel fundamental na consolidação da hegemonia peronista entre os setores populares.

Para além da carga simbólica, havia uma prática efetiva de democratização territorial. Fernandes (2012) argumenta que o turismo social foi concebido como um direito associado à justiça social e à inclusão cultural. Ao possibilitar que trabalhadores conhecessem regiões anteriormente inacessíveis, o peronismo reconhecia o potencial pedagógico do turismo no processo de construção da nacionalidade, onde a experiência do deslocamento territorial reforçava o sentimento de pertencimento e fomentava o reconhecimento entre os cidadãos. O turismo, assim, ultrapassava sua função recreativa para se constituir como espaço de formação cívica e afirmação identitária.

A expressão “conhecer para amar”, amplamente difundida nos materiais de propaganda do Estado, sintetizava um conceito de patriotismo que o turismo social peronista desejava fomentar. Conforme destacam Troncoso e Lois (2004), viajar não era visto apenas como prática de lazer, mas como gesto de construção de vínculos com o seu país e descoberta da nação concreta. As excursões promovidas por sindicatos e pela FEP seguiam roteiros cuidadosamente planejados, com visitas a marcos históricos, parques nacionais, unidades produtivas e centros culturais. O turismo, nesse caso, tornava-se instrumento de socialização e moldava a percepção coletiva sobre o que significava ser argentino, trabalhador e cidadão sob um regime que se propunha popular e inclusivo.

Inscrevem-se nesse contexto modalidades como o “turismo operário” e o “turismo relâmpago”, que buscavam ampliar o alcance da política turística. O primeiro era voltado a

estadias mais prolongadas em colônias de férias e hospedagens sindicais; o segundo consistia em viagens de fim de semana, acessíveis e de curta duração. Pastoriza e Pedetta (2009) evidenciam como essas práticas viabilizaram a entrada de milhares de trabalhadores e suas famílias em circuitos turísticos antes inacessíveis, reforçando o ideal de uma Argentina integrada por meio do deslocamento territorial. O “turismo relâmpago”, em especial, permitiu a inclusão de operários com menor renda, ampliando o espectro social das políticas peronistas.

Paralelamente à sua dimensão emancipadora, o turismo também operava como ferramenta disciplinadora. Schenkel (2017) ressalta que os viajantes recebiam orientações sobre higiene, conduta pública e respeito aos símbolos nacionais, sendo supervisionados por monitores alinhados ao projeto justicialista. O corpo operário, ao circular por esses espaços, tornava-se também objeto de controle e normatização. A experiência do lazer, decerto, era atravessada por sentidos pedagógicos e normativos. Essa dualidade, entre emancipação e disciplina, revela a complexidade da política turística peronista, que articulava ampliação de direitos com estratégias de controle e mobilização simbólica.

A política de turismo do peronismo transcendeu a experiência física da viagem e articulou-se a uma elaborada rede de propaganda que difundia os valores do justicialismo. A tríade “bem-estar, pátria e trabalho” tornou-se o cerne simbólico da narrativa oficial, sendo mobilizada por meio de imagens de famílias operárias felizes, crianças saudáveis e paisagens deslumbrantes, que compunham uma representação do progresso com inclusão. Troncoso e Lois (2004) apontam que essa propaganda funcionava como mediadora entre as ações do Estado e a subjetividade popular, conferindo ao turismo um lugar privilegiado na construção do pertencimento nacional. O trabalhador que viajava simbolizava, portanto, a eficácia da política estatal.

A Fundação Eva Perón exerceu papel decisivo na construção e disseminação desse imaginário, funcionando como instrumento estético e político da propaganda justicialista. Cartazes, fotografias e publicações como *Mundo Peronista* e *Visión de la Argentina* difundiam imagens idealizadas da Argentina peronista como uma nação de iguais, articulando visualmente território e coesão social. A criança nas colônias, o operário contemplando a paisagem, a mulher em gesto de gratidão a Evita, todas essas representações compunham um repertório no qual o território era simultaneamente cenário, símbolo e promessa. Pastoriza e Pedetta (2009) sublinham que a FEP financiava o turismo, além de elaborar as narrativas que o legitimavam como expressão da cidadania.

A partir desse aparato simbólico, construiu-se a imagem de uma “Argentina de todos”, em que o território seria partilhado sem distinções sociais ou regionais. Contudo, essa inclusão projetada nas campanhas encontrava limites concretos e simbólicos. Embora difundido, o turismo social era usufruído majoritariamente por trabalhadores urbanos organizados, excluindo segmentos rurais e informais. Fernandes (2012) observa que a retórica da totalidade frequentemente encobria desigualdades profundas, compondo uma estética da igualdade que mascarava a persistência de hierarquias. A Argentina dos “todos”, nesse sentido, funcionava como uma ficção mobilizadora, cuja potência residia justamente em seu valor como ideal coletivo.

A propaganda, nesse cenário, assumiu uma função ambígua: ao mesmo tempo em que articulava uma pedagogia nacional do pertencimento, contribuía para a legitimação de uma ordem social hierarquizada, porém visualmente coesa. Como analisa Capelato (2001), o populismo latino-americano soube construir dispositivos simbólicos eficazes para legitimar o poder mediante a mediação emocional com as massas. No caso argentino, o turismo social foi convertido em signo visível dessa mediação, em que paisagem, deslocamento e imagem da família operária formavam um mosaico de nacionalismo inclusivo. Essa estética da inclusão, no entanto, não suprimia os conflitos sociais; ao contrário, os dissolvia sob uma retórica de harmonia fundada na centralidade do líder, no reconhecimento ao trabalho e na promessa de bem-estar coletivo.

Considerações Finais

Retomando as hipóteses centrais deste artigo, é possível afirmar que esse movimento que ficou conhecido como “turismo social”, tal como concebido pelo primeiro governo de Juan Domingo Perón, constituiu-se em uma potente ferramenta de ampliação da cidadania. Ao incorporar o lazer como direito dos indivíduos, o Estado peronista garantiu o acesso das classes populares ao território nacional, bem como ressignificou a experiência do tempo livre como espaço de pertencimento e formação cívica. Essa pedagogia do lazer não era neutra: ela mobilizava afetos, normas e símbolos em torno de uma ideia de “nação justa”, na qual o trabalhador era elevado à condição de sujeito pleno de direitos e destinatário privilegiado da ação estatal.

Paralelamente, o turismo foi utilizado como instrumento de construção e difusão de uma identidade nacional coesa, alinhada aos valores do justicialismo. Ao incentivar os trabalhadores a “descobrirem a pátria”, o Estado promoveu a integração territorial, além de produzir sentidos compartilhados sobre o que significava ser argentino sob a égide do peronismo. A paisagem

nacional, os símbolos pátrios, os roteiros cívicos e as imagens propagandísticas compunham um repertório imagético e discursivo que sedimentava o elo entre o povo e o líder, entre o cotidiano e o projeto político. Assim, o turismo revelou-se um poderoso recurso nesse processo de implementação pedagógica do nacionalismo, em que o deslocamento físico era também uma experiência simbólica de enraizamento político e afetivo.

Por fim, compreende-se que a política turística peronista articulou bem-estar material, disciplina simbólica e legitimação política em uma lógica própria do populismo latino-americano. Longe de representar uma política setorial, o turismo foi integrado ao núcleo do projeto de Estado, configurando-se como dispositivo estratégico de formação de sujeitos e consolidação da hegemonia justicialista. Essa articulação entre cidadania, construção de uma identidade e poder contribui para repensar o populismo não como mera manipulação carismática, mas como tecnologia de governo capaz de intervir na subjetividade das massas, moldando tanto seus desejos quanto seus itinerários de pertencimento.

A política peronista de turismo social apresenta singularidades expressivas frente a outros regimes populistas do continente. Em primeiro lugar, diferencia-se pela institucionalização de uma estrutura robusta e centralizada, como a Fundação Eva Perón, voltada exclusivamente para a promoção do bem-estar e do lazer dos setores populares. Tal aparato não encontra paralelo direto com o varguismo no Brasil, cuja atuação no campo do turismo foi mais difusa e menos sistematizada. A presença simbólica de Evita, como figura maternal e distributiva, também confere ao peronismo uma dimensão de afetividade política que marca profundamente sua estética e retórica de inclusão.

Em segundo lugar, o peronismo conferiu ao turismo uma centralidade pedagógica singular, entendendo-o como ferramenta de formação da identidade nacional e de unificação simbólica do território. Essa concepção vai além da valorização do trabalhador como consumidor de direitos, propondo sua incorporação como sujeito ativo na narrativa do progresso nacional. Enquanto regimes populistas como o de Lázaro Cárdenas priorizaram a reforma agrária e a nacionalização dos recursos como formas de integração, o peronismo apostou na pedagogia dos afetos e do pertencimento territorial como base de seu pacto simbólico com as massas urbanas.

Outrossim, o caso argentino destacou-se pelo nível de organização e amplitude da política de turismo social, promovendo modalidades como o turismo operário e o turismo relâmpago, que atingiram milhares de trabalhadores em diferentes escalas. Tais experiências foram acompanhadas de campanhas massivas de propaganda e de um imaginário visual

altamente elaborado, que construía uma estética da igualdade sem precedentes na América Latina. Essa combinação entre ação material e mobilização simbólica posiciona o peronismo como paradigma de populismo pedagógico, cuja complexidade exige interpretações que articulem Estado, cultura e subjetividade.

A discussão, que aqui propomos, não se esgota no presente estudo e sugere que outras abordagens ainda podem ser exploradas, como os usos políticos do turismo em outros contextos populistas na América Latina, comparando com o Brasil de Getúlio Vargas e o México de Lázaro Cárdenas. Embora compartilhem elementos comuns, como a valorização do trabalhador e a centralidade do Estado, tais experiências apresentam diferenças relevantes no modo como o lazer, a mobilidade e o território foram mobilizados politicamente. Contudo, dentro do limite que o artigo impõe, nos atemos a promover essa reflexão a respeito da importância da atividade turística, que foi muito bem captada pelo peronismo, aplicando-a em seu projeto político de nação.

Posto isto, o turismo, que é costumeiramente aprisionado a lógica mercadológica, enquanto produto e tomado como fenômeno principalmente econômico, no presente estudo se revela como uma ferramenta política eficaz. O conhecimento da pátria, da sua nação, produz afeto nessa construção de relação que suscita o sentimento de pertencimento. Curiosamente, o lazer, um direito que poderia passar, aos olhos de todos, como algo corriqueiro e desprezioso, evidencia a necessidade de conciliação entre todos as peças que formam o conceito de bem-estar social. Para além das condições de vida digna, com acesso a saúde, educação, emprego e moradia, o peronismo mostrou que o turismo também deve figurar como um valioso pilar no universo das políticas públicas, não só pelo seu caráter instrutivo, mas também, pela compreensão de que o lazer é parte integrante dos anseios da sociedade.

Referências Bibliográficas

AGGIO, Alex. A emergência das massas e a teoria do populismo na América Latina. In: AGGIO, A.; LAHUERTA, M. (org.). *Pensar o século XX: política e história na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 143-166.

BATISTELLA, Alessandro. Reflexões acerca do conceito de populismo: da teoria clássica às contribuições de Ernesto Laclau. *Tempo e Argumento*, v. 12, p. 263-288, 2020.

BATISTELLA, Antônio. *Populismo e memória política na América Latina*. São Paulo: Appris, 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O populismo econômico*. São Paulo: Nobel, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. *Populismo latino-americano em discussão. História & Perspectivas*, n. 25, p. 13-27, 2001.

CAPELATO, Maria Helena R. O populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 105-124.

CHALOUB, Sidney; CRUZ, Heloisa Starling. O populismo como espantalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 107, 2021.

FERNANDES, Márcio. Turismo e cidadania: as práticas sociais do turismo popular no peronismo. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63, p. 89-110, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo nas ciências sociais brasileiras: a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 535-548.

IANNI, Octavio. *Formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LOIS, Carla; TRONCOSO, Claudia. Turismo y política: representaciones del territorio argentino durante el primer peronismo. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 8, n. 170, 2004. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170.htm>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A história de um conceito: populismo no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2001.

MITRE, Andrea. As peregrinações de um conceito: populismo na América Latina. *Cadernos de História PUC-Minas*, v. 10, n. 13, p. 1-15, 2018.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERRO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

DE LA TORRE PADILLA, Oscar. *El turismo: fenómeno social*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

PASTORIZA, Elisa. Turismo y política: las políticas estatales de turismo social en la Argentina peronista. *Cuadernos de Historia Reciente*, n. 2, p. 7-30, 2008.

PASTORIZA, Elisa; PEDETTA, Silvana. *La conquista de las vacaciones*. Punta de Vacas: Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata, 2009.

PASTORIZA, Elisa; PIGLIA, Melina. *Historia del turismo en la Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

REJOWSKI, Mirian. *Turismo no percurso do tempo*. Campinas: Papirus, 2002.

SCHENKEL, Gustavo. Férias e turismo: um direito do trabalhador argentino? Reflexões sobre o surgimento do turismo social no país. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Turismo com Base Local*, UFRN, 2012.

SCHENKEL, Gustavo. A pedagogia do turismo social no peronismo: uma análise sobre disciplinamento e subjetivação. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 9, n. 2, p. 229-246, 2017.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEFFORT, Francisco C. *Populismo e classes sociais*. São Paulo: Brasiliense, 1978.